

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** Em uma ação judicial contra o Valiprev, um juiz de primeira instância proferiu decisão, em fevereiro de 2019, desfavorável ao Instituto. Porém, em março de 2019, o STF editou Súmula Vinculante que é inteiramente contrária à referida decisão e favorável aos interesses do Valiprev em disputa naquele processo judicial.
- Para tentar reverter essa decisão, o Procurador do Valiprev pretende ajuizar uma reclamação constitucional perante o STF. Nessa hipótese, considerando o seu regime jurídico, é correto afirmar que o meio de impugnação judicial eleito pelo procurador
- (A) não é cabível por ser dirigido contra decisão de juiz de primeira instância.
 - (B) será cabível se esgotados os recursos processuais contra a referida decisão.
 - (C) não é cabível em razão da decisão impugnada ser anterior à súmula vinculante.
 - (D) é cabível, para preservar a autoridade da decisão do Supremo Tribunal Federal, ainda que caibam recursos da decisão.
 - (E) é incabível, uma vez que não há possibilidade de controle de constitucionalidade por parte do Município diretamente perante o STF.
- 02.** Determinada Câmara do Tribunal de Justiça apreciou arguições de inconstitucionalidade de duas leis municipais, tendo decidido na primeira, no mérito, pela constitucionalidade da norma, enquanto que, na segunda, afastou, provisoriamente, a aplicação da lei municipal por meio de decisão em medida cautelar, por inconstitucionalidade. Ambas as decisões foram tomadas por unanimidade de votos dos Desembargadores. Nessa hipótese, considerando o regime jurídico constitucional a respeito da cláusula de reserva de plenário, é correto afirmar que
- (A) a primeira decisão violou a regra da reserva de plenário, e a segunda está de acordo com a Constituição Federal por não exigir a manifestação da maioria do Órgão Especial.
 - (B) a primeira decisão está de acordo com a Constituição Federal, pois não exige o voto da maioria do Órgão Especial, enquanto que a segunda violou a cláusula da reserva de plenário prevista no texto constitucional.
 - (C) ambas decisões estão de acordo com o disposto na Constituição Federal, não tendo violado a cláusula de reserva de plenário por terem sido tomadas por órgão colegiado e por votação unânime.
 - (D) ambas decisões violaram a cláusula de reserva de plenário por terem sido tomadas por órgão fracionário, tendo deixado de submeter a questão ao Órgão Especial, que teria competência para apreciar e decidir sobre a matéria constitucional.
 - (E) nenhuma das duas decisões violou a cláusula de reserva de plenário, pois as hipóteses mencionadas veiculam situações excepcionais específicas que não ensejam a aplicação da cláusula constitucional da reserva de plenário.
- 03.** Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos. E quando, nessa mesma hipótese, a ordem for denegada pelo Tribunal,
- (A) cabe recurso ordinário.
 - (B) cabe agravo de instrumento.
 - (C) não cabe recurso.
 - (D) cabe apelação.
 - (E) cabe agravo regimental.
- 04.** No que diz respeito à função de fiscalização do Tribunal de Contas, a Constituição Federal estabelece que
- (A) uma das suas atribuições é apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento.
 - (B) é sua competência apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, incluídas as nomeações para cargo em comissão, na administração direta e indireta.
 - (C) o Tribunal de Contas tem o poder-dever de sustar atos e contratos que considerar irregulares, devendo solicitar, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.
 - (D) compete ao Tribunal de Contas executar as multas impostas ao administrador ou ao particular que incidirem em ilegalidade ou em abuso de poder e que tenham causado prejuízo ao erário.
 - (E) a Carta Magna lhe atribuiu a competência para julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- 05.** A Constituição Federal autoriza a edição de medida provisória, dentre outras, sobre matéria relativa
- (A) ao direito processual civil.
 - (B) à cidadania.
 - (C) ao direito eleitoral.
 - (D) ao direito tributário.
 - (E) aos partidos políticos.

- 06.** A respeito do veto presidencial ao projeto de lei, a Constituição Federal dispõe que
- (A) o veto pode ser total ou parcial, devendo ser exercido no prazo de dez dias úteis, contados da data do recebimento.
 - (B) o Presidente deve comunicar, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
 - (C) será apreciado em sessão separada em ambas as Casas, dentro de trinta dias do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
 - (D) se o veto não for mantido pelo Poder Legislativo, o projeto de lei será enviado, para promulgação, diretamente, ao Presidente do Senado Federal.
 - (E) na hipótese de o veto não ser apreciado pelo Congresso Nacional no prazo de trinta dias do seu recebimento, ele será mantido na forma enviada pelo Presidente da República.
- 07.** No tocante aos direitos e às garantias fundamentais, a Constituição Federal dispõe que as associações
- (A) não podem ser compulsoriamente dissolvidas, nem mesmo por decisão do Poder Judiciário transitada em julgado.
 - (B) somente podem ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
 - (C) podem ser criadas, independentemente de autorização, e não podem sofrer interferência estatal em seu funcionamento.
 - (D) dependem de lei para serem criadas e não podem ter suas atividades suspensas, a não ser por decisão judicial transitada em julgado.
 - (E) independem de autorização para serem criadas e somente podem ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- 08.** Considerando o disposto na Constituição Federal a respeito da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, que poderão criar subsidiárias, independentemente de autorização legislativa.
 - (B) A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.
 - (C) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a suspensão da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - (D) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, incluídas as respectivas ações de ressarcimento.
 - (E) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, incluídos os cargos acumuláveis na forma da Constituição e os cargos em comissão.
- 09.** A Constituição Federal elenca diversas formas de contribuição social financiadoras da Seguridade Social, exceto a seguinte:
- (A) rendimentos do trabalho pagos ou creditados à pessoa física que preste serviço à empresa, sem vínculo empregatício.
 - (B) contribuição do empregador, da empresa e de entidade a ela equiparada, incidente sobre a folha de salários.
 - (C) a receita derivada de concursos de prognósticos.
 - (D) contribuição do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
 - (E) proventos pagos a título de aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.

10. Hilário foi aposentado por invalidez, mas depois de cinco anos da sua aposentadoria, ele conseguiu comprovar que recuperou a sua capacidade de trabalho. Conseqüentemente, pretende retornar ao emprego na mesma função que exercia antes da aposentadoria, mas o seu empregador se recusa a readmiti-lo, alegando que sua antiga função na empresa foi extinta. Nessa hipótese, considerando o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, é correto afirmar que Hilário
- (A) teria direito de retornar ao emprego na mesma função que exercia antes da aposentadoria, mas como ela foi extinta, seu empregador deverá indenizá-lo.
 - (B) não terá o direito de retornar ao emprego pelo fato de sua função ter sido extinta na empresa, não tendo direito a qualquer indenização.
 - (C) tem o direito de retornar ao emprego em função assemelhada, mas o empregador terá a opção de indenizá-lo se optar por não aceitá-lo de volta.
 - (D) teria direito a retornar ao emprego, mas está impedido em razão do tempo decorrido desde a sua aposentadoria, tendo esta se tornado definitiva.
 - (E) tem o direito de retornar ao emprego em função assemelhada ou superior àquela que exercia, não podendo o empregador se recusar a aceitá-lo de volta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Assinale a alternativa que aponta corretamente uma das características da competência administrativa, que a diferencia da capacidade administrativa.
- (A) A competência é presumida, por ser regra, ao contrário da capacidade, que requer sempre texto legal expresso.
 - (B) A competência é intransferível, mas prorrogável, salvo disposição legal expressa, enquanto a capacidade é improrrogável e intransferível.
 - (C) O exercício da competência é obrigatório, enquanto o exercício da capacidade é facultativo.
 - (D) A competência não pode ser delegada ou avocada, e a capacidade permite livre delegação e avocação.
 - (E) A competência é obrigatória e imprescritível, mas renunciável, e a capacidade é derogável e delegável.

12. Estas entidades da Administração Indireta possuem natureza especial, são caracterizadas pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade dos seus mandatos.

Esse conceito legal diz respeito às

- (A) agências executivas.
 - (B) fundações.
 - (C) sociedades de economia mista.
 - (D) agências reguladoras.
 - (E) empresas públicas.
13. Uma determinada Organização Social (OS), que funciona regularmente há quatro anos, na área de promoção da segurança alimentar e nutricional, pretende qualificar-se junto ao Município de Valinhos como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para firmar parceria de atuação na área da saúde. Segundo a legislação brasileira pertinente à matéria, é correto afirmar que a pretendida parceria
- (A) não poderá ser firmada, tendo em vista que não podem se qualificar como OSCIPs as organizações sociais.
 - (B) poderá ser firmada, por atender a todos os requisitos legais para a OS qualificar-se como OSCIPs.
 - (C) poderá ser firmada, desde que a OS não tenha fins lucrativos e apresente as garantias exigidas por lei.
 - (D) não poderá ser firmada, tendo em vista que a área de atuação da OS não está prevista na lei como passível de qualificação como OSCIPs.
 - (E) não poderá ser firmada, uma vez que a OS não está em funcionamento regular há mais de cinco anos, como exigido pela lei.
14. Emiliano é servidor público municipal, no exercício de cargo de provimento efetivo, e afastou-se do cargo para concorrer a mandato eletivo, tendo sido eleito. Segundo as normas constitucionais que regem a matéria, é correto afirmar que Emiliano
- (A) deverá pedir exoneração do cargo em se tratando de mandato eletivo federal.
 - (B) se eleito para o mandato de Prefeito, será afastado do seu cargo, mas terá a faculdade de optar pela sua remuneração.
 - (C) se eleito para o mandato de Vereador, perderá as vantagens de seu cargo, mas sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - (D) ao pedir o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
 - (E) poderá acumular as vantagens do seu cargo com a remuneração do cargo eletivo, em se tratando de mandato estadual ou municipal.

- 15.** Em um processo administrativo regido pela Lei nº 9.784/1999, Florisvaldo é o servidor que está sendo processado, e este alegou que a autoridade que conduz o feito teria inimizade notória com o seu irmão. Mas, essa alegação foi indeferida pela autoridade competente.
- Nessa situação hipotética, segundo o disposto na Lei, é correto afirmar que
- (A) a decisão de indeferimento foi correta, uma vez que a inimizade com o irmão do acusado não gera a suspeição da autoridade que conduz o processo.
 - (B) a alegação de Florisvaldo tem embasamento legal, por suspeição, e ele tem o direito de recorrer da decisão, cujo recurso terá efeito suspensivo.
 - (C) para que a alegação de Florisvaldo pudesse ser aceita, ele teria que provar documentalmente que a inimizade alegada seria antiga e notória.
 - (D) a alegação de suspeição somente poderá ser acautada na hipótese de amizade íntima com cônjuge ou parente, e não quando há apenas inimizade, ainda que notória.
 - (E) a alegação de Florisvaldo tem fundamento legal, por suspeição, e ele tem o direito de interpor recurso da decisão, porém sem efeito suspensivo.
- 16.** Considerando o disposto na Lei nº 8.666/1993, na hipótese de a Administração realizar uma licitação e ela restar fracassada, em que todos os licitantes foram inabilitados,
- (A) nesse caso, torna-se dispensável a licitação e a administração pública poderá contratar diretamente.
 - (B) o procedimento será encerrado e uma nova licitação deverá ser realizada, com os mesmos licitantes da anterior.
 - (C) a Administração poderá fixar aos licitantes prazo para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.
 - (D) o procedimento será encerrado e uma nova licitação deverá ser realizada, abrindo-se oportunidade para novos licitantes.
 - (E) nesse caso, torna-se inexigível a licitação e a administração pública poderá contratar diretamente.
- 17.** Nos termos da Lei nº 8.666/1993, é obrigatória a realização de licitação para a contratação
- (A) de serviços de publicidade e divulgação.
 - (B) de artista consagrado pela opinião pública.
 - (C) de serviço de restauração de obra de arte, de autenticidade certificada, compatível com as finalidades do órgão.
 - (D) realizada por empresa pública com sua subsidiária, para a aquisição de serviço ao preço de mercado.
 - (E) de concessionária para o fornecimento de energia elétrica.
- 18.** Segundo a Lei nº 8.666/1993, a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras
- (A) é obrigatória e deve constar do instrumento convocatório, indicando a modalidade exigida.
 - (B) não é obrigatória, mas quando exigida é opção do contratado optar por uma das suas modalidades legais.
 - (C) quando realizada por meio de caução em dinheiro, ao final da execução do contrato o valor depositado deverá ser usado para abater o débito da contratante.
 - (D) não é obrigatória, mas quando exigida, a Administração Pública deve indicar qual tipo de garantia que o contratado deverá oferecer.
 - (E) de grande vulto e alta complexidade técnica, o valor da garantia deverá corresponder ao dobro do valor do contrato.
- 19.** O Município divulga uma licitação, na modalidade concorrência, para concessão de serviço público, com base na Lei Federal nº 8.987/1995, fazendo constar as seguintes cláusulas: (I) a tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação; (II) será permitida a subconcessão do serviço, conforme previsto no contrato; e (III) as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos para atender aos usuários.
- Nessa situação hipotética, é correto afirmar que a referida licitação
- (A) é plenamente válida, pois a modalidade de licitação e as suas cláusulas estão de acordo com os ditames da Lei.
 - (B) é inválida, pois a concessão não pode ser realizada por meio de concorrência.
 - (C) é inválida, uma vez que a cláusula (I) está em discordância com a Lei.
 - (D) é inválida em face da cláusula (II), tendo em vista que a Lei não permite a subconcessão do serviço.
 - (E) é inválida, considerando que a cláusula (III) estabelece forma de cobrança de tarifa não prevista na Lei.
- 20.** A respeito do acordo de leniência, a Lei Federal nº 12.846/2013 estabelece que a sua celebração
- (A) isenta a pessoa jurídica das multas e sanções previstas na Lei.
 - (B) não permite a extensão dos seus efeitos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico.
 - (C) importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado ainda que a proposta de acordo seja rejeitada.
 - (D) não interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei.
 - (E) não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

21. Assinale a alternativa que está em consonância com o disposto nas súmulas do Supremo Tribunal Federal.
- (A) Pessoa jurídica que atua na área de defesa do meio ambiente e defesa do patrimônio público tem legitimidade para propor ação popular.
 - (B) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.
 - (C) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a constituição.
 - (D) Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.
 - (E) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.

DIREITO CIVIL

22. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. É(São) parte(s) legítima(s) para requerer essa proteção em se tratando de morto ou ausente:

- (A) apenas o cônjuge.
- (B) apenas o cônjuge e os ascendentes em linha reta.
- (C) cônjuge, ascendentes ou descendentes.
- (D) cônjuge, qualquer parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau.
- (E) cônjuge, qualquer parente em linha reta ou colateral até o quarto grau.

23. Considere as seguintes situações a seguir:

(i) Joaquim estava andando pela rua quando reparou que havia uma criança trancada no interior de um veículo chorando, procurou o responsável e, não tendo encontrado, decidiu quebrar o vidro do carro e resgatar a criança; (ii) José, vendo que a casa do seu vizinho estava pegando fogo, mesmo percebendo que o portão estava aberto, destruiu os muros de acesso para tentar apagar o fogo; e (iii) João verificou que seu vizinho estava agredindo fisicamente o seu pai idoso e omitiu-se de prestar qualquer ajuda.

Diante das situações hipotéticas, assinale a alternativa que corresponde ao(s) indivíduo(s) que praticou(aram) ato(s) ilícito(s).

- (A) Joaquim, José e João.
- (B) Joaquim e José, apenas.
- (C) Joaquim e João, apenas.
- (D) José e João, apenas.
- (E) Apenas José.

24. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem. Em relação à compensação, assinale a alternativa correta.

- (A) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas ou ilíquidas, vencidas e de coisas fungíveis.
- (B) O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever; mas o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.
- (C) Obrigando-se por terceiro uma pessoa, pode compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.
- (D) Quando as duas dívidas não são pagáveis no mesmo lugar, podem ser compensadas sem dedução das despesas necessárias à operação.
- (E) Admite-se a compensação em prejuízo de direito de terceiro.

25. De acordo com a doutrina majoritária e jurisprudência atualizada dos tribunais superiores, caracterizam dano moral *in re ipsa*

- (A) acidente de carro sem vítimas.
- (B) a simples remessa de fatura de cartão de crédito para a residência do consumidor com cobrança indevida.
- (C) atraso de voo internacional.
- (D) anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito quando preexistente legítima inscrição.
- (E) ofensa injusta à dignidade da pessoa humana.

26. Dentre os benefícios à família do servidor, previstos pela lei que cria o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e o Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Valinhos – VALIPREV, é correto afirmar que

- (A) a pensão por morte será devida a contar da data do requerimento quando requerida até trinta dias depois do óbito.
- (B) a cota do pensionista na pensão concedida se extingue por ocasião da perda da sua qualidade de dependente, revertendo em favor das cotas dos pensionistas remanescentes.
- (C) a pensão por morte não será devida quando o dependente for condenado pela prática de crime doloso ou culposo de que tenha resultado a morte do segurado.
- (D) a concessão da pensão por morte poderá ser protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.
- (E) o cônjuge ausente somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação, não excluindo do direito a companheira ou o companheiro.

27. No que diz respeito ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), assinale a alternativa correta.

- (A) A utilização do CadÚnico para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal em regra é facultativa, podendo haver outras formas de seleção a serem definidas pelos respectivos órgãos.
- (B) A obrigatoriedade de utilização do CadÚnico se aplica aos programas administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- (C) Para fins de aplicação do CadÚnico, família de baixa renda: é aquela com renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo ou que possua renda familiar mensal de até dois salários mínimos.
- (D) Os dados de identificação das famílias do CadÚnico são sigilosos e somente poderão ser utilizados para formulação e gestão de políticas públicas e realização de estudos e pesquisas.
- (E) As informações constantes do CadÚnico terão validade de cinco anos, sendo necessária, após este período, a sua atualização ou revalidação, na forma disciplinada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

28. Dentre os direitos e proteção aos idosos está a prevenção à saúde física e mental.

Em relação ao tema, em especial o disposto no Estatuto do Idoso, assinale a alternativa correta.

- (A) Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
- (B) Em todo atendimento de saúde, os maiores de oitenta anos terão preferência especial sobre os demais idosos, inclusive em caso de emergência.
- (C) Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante desde que justificada por escrito pelo profissional de saúde responsável pelo tratamento.
- (D) Ainda que o idoso esteja no domínio de suas faculdades mentais, a opção pelo tratamento de saúde deve ser tomada em conjunto com o curador e seus familiares.
- (E) O comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos pode ser exigido quando o procedimento for de interesse do próprio idoso; quando for de interesse do poder público, um agente especializado entrará em contato com o idoso em sua residência.

29. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Acerca da proteção das crianças e dos adolescentes, assinale a alternativa correta de acordo com o previsto em lei e com o entendimento atual dos Tribunais Superiores.

- (A) A conduta de um adulto que pratica agressão verbal ou física contra criança ou adolescente configura elemento caracterizador da espécie do dano moral *in re ipsa*.
- (B) É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, exceto se praticados pelos pais com o intuito de educar.
- (C) Considera-se tratamento cruel ou degradante a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente.
- (D) Considera-se castigo físico a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.
- (E) Em caso de tratamento cruel ou degradante ou castigo físico, poderão ser aplicadas, pelo juízo da comarca onde residir a criança ou o adolescente, as medidas de advertência e encaminhamento a programa oficial de proteção à família.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

30. Sobre o regime de nulidades constante do Código de Processo Civil, é verdadeiro afirmar que

- (A) é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, mas a nulidade só pode ser decretada após sua manifestação sobre a existência ou não de prejuízo.
- (B) a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, quer se trate de nulidade relativa ou absoluta.
- (C) o erro de forma do processo acarreta a anulação de todos os atos do processo, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- (D) a parte arguirá a nulidade da intimação em petição simples, devendo o juiz conceder prazo para a realização do ato impugnado se o vício for reconhecido.
- (E) pronunciada a nulidade, o ato será repetido mesmo quando não prejudicar a parte.

31. As hipóteses de direito material para que se configure a desconsideração da personalidade jurídica encontram-se no ordenamento jurídico material, mas é o Código de Processo Civil de 2015 que versa sobre o procedimento para que seja o mesmo instaurado e julgado.

Em termos procedimentais, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado formular pedido de desconsideração da personalidade jurídica em petição inicial de ação de conhecimento.
- (B) O incidente será instaurado a pedido da parte interessada, tratando-se, portanto, de legitimidade ativa exclusiva.
- (C) É vedada a realização de instrução probatória durante a tramitação do incidente.
- (D) Se a decisão que resolve o incidente for proferida por relator, cabe agravo interno.
- (E) Por se tratar de manifesto incidente cognitivo, o incidente será resolvido por sentença, impugnável por apelação.

32. O instituto da improcedência liminar do pedido foi significativamente alterado pelo Código de Processo Civil de 2015. Quanto ao regime jurídico a ele atualmente conferido, é correto afirmar que

- (A) se o pedido contrariar enunciado de súmula do Superior Tribunal de Justiça, poderá ser proferida sentença de improcedência liminar após a produção de prova testemunhal essencial para a demonstração dos fatos alegados pelo autor.
- (B) pode ser julgado liminarmente improcedente o pedido quando este for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.
- (C) o juiz, sem citar o réu, poderá julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar entendimento firmado em assunção de competência, quando a causa dispensar a fase instrutória.
- (D) não interposta apelação, os autos serão imediatamente arquivados, sendo dada baixa no distribuidor.
- (E) interposto agravo de instrumento do pronunciamento que julgar liminarmente improcedente o pedido e havendo reforma pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos.

33. Quanto ao cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, é correto afirmar que

- (A) seu início depende de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos.
- (B) a defesa do devedor dá-se por simples petição, no prazo de 15 (quinze) dias após o transcurso do prazo de pagamento voluntário.
- (C) o procedimento executivo não poderá gerar a expropriação de bens do devedor, vez que a decisão executada ainda pende de confirmação pelas instâncias superiores.
- (D) não são devidos honorários advocatícios de sucumbência.
- (E) se a decisão executada provisoriamente vier a ser reformada pelas instâncias superiores, não ocorrerá o desfazimento da alienação de propriedade dos bens do devedor já realizada a terceiros.

34. Determinadas sentenças proferidas contra o poder público estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmadas pelo tribunal. Conforme os contornos conferidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, é verdadeiro afirmar que não haverá remessa necessária:

- (A) quando a sentença estiver fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
- (B) quando o valor da condenação for inferior a 600 (seiscentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal e as respectivas sociedades de economia mista.
- (C) quando a sentença estiver fundada em súmula do Supremo Tribunal Federal, desde que seja vinculante.
- (D) quando o polo passivo for constituído por Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público, independentemente do valor da condenação.
- (E) quando a sentença estiver fundada em súmula do próprio tribunal que fará a reanálise da lide.

35. Segundo os contornos traçados pelo Código de Processo Civil de 2015, é correto afirmar, quanto à ação rescisória, que

- (A) há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inverossímil, sendo indispensável que o fato represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.
- (B) tem cabimento contra decisão baseada em enunciado de súmula dos tribunais, quando não tenha sido dada ao enunciado interpretação condizente com o ordenamento jurídico.
- (C) por se tratar de hipótese de decadência, o prazo de dois anos para sua propositura, quando expirar durante feriado, não se prorroga até o primeiro dia útil subsequente.
- (D) é rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça admissibilidade do recurso correspondente.
- (E) deve ter por objeto a íntegra dos pedidos tratados na decisão rescindenda, ainda que seja para ratificar os capítulos da decisão que não apresentam vícios rescisórios.

36. Com base no tratamento conferido pelo ordenamento jurídico vigente ao incidente de resolução de demandas repetitivas, assinale a alternativa correta.

- (A) A desistência ou o abandono do processo impede o exame de mérito do incidente, vez que o recurso em que foi o incidente instaurado será julgado pelo órgão responsável pela uniformização de jurisprudência do tribunal.
- (B) O conteúdo do acórdão abrangerá a análise dos fundamentos suscitados pelas partes concernentes à tese jurídica discutida, podendo limitar-se àqueles que sejam favoráveis ao entendimento final do órgão julgador.
- (C) A tese jurídica firmada será aplicada a todos os processos atuais e futuros que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região.
- (D) Durante a suspensão de todos os processos envolvendo a mesma questão de direito, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido ao relator designado para conduzir o incidente.
- (E) É incabível o incidente quando um dos outros tribunais de justiça ou tribunais regionais federais, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

37. Cabe mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. No que diz respeito ao referido remédio constitucional, é correto afirmar que

- (A) é cabível contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de sociedade de economia mista.
- (B) o titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar tal medida a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.
- (C) a autoridade coatora por não ser parte no mandado de segurança não é legitimada a recorrer dos pronunciamentos judiciais proferidos em sede de mandado de segurança.
- (D) cabe recurso especial das decisões denegatórias proferidas em mandado de segurança julgado em única instância pelos tribunais, se houver afronta à lei federal.
- (E) a sentença proferida em sede de mandado de segurança pode ser cumprida provisoriamente, ainda que se trate de hipótese em que seja vedada a concessão de liminar.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

38. A respeito do mandado de segurança coletivo, é correto afirmar que

- (A) poderá ser impetrado pelos mesmos legitimados para a propositura de ação civil pública.
- (B) se caracteriza pela pluralidade de partes no polo ativo ou passivo.
- (C) não se sujeita ao prazo de 120 dias para sua impetração.
- (D) induz litispendência para as ações individuais.
- (E) sua impetração independe de autorização especial dos associados.

39. João da Silva, Diretor da Associação Comercial de "X", propôs Ação Popular em face de uma autarquia municipal a fim de suspender procedimento licitatório para contratação de serviços de limpeza ao qual não teria sido dada a devida publicidade, frustrando a participação de todos os potenciais concorrentes, com evidente prejuízo ao interesse público.

Nesse cenário hipotético, é correto afirmar que

- (A) a petição inicial será indeferida, uma vez que as associações não têm legitimidade ativa para a propositura de Ação Popular.
- (B) o autor deverá comprovar o dano material ao patrimônio público.
- (C) qualquer cidadão poderá habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor.
- (D) reconhecida a ilegitimidade ativa, o Ministério Público deverá dar continuidade à ação.
- (E) se a ação for julgada manifestamente temerária, o juiz condenará o autor ao pagamento do dobro das custas.

40. Imagine que no bojo de procedimento preparatório de inquérito civil, o Ministério Público expediu Recomendação a uma autarquia municipal para que promova, no prazo de 180 dias, adaptações em suas instalações de modo a assegurar a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Caso a recomendação não seja cumprida, o Ministério Público

- (A) promoverá a execução forçada da recomendação.
- (B) arquivará o procedimento preparatório.
- (C) promoverá, de imediato, a competente ação civil pública.
- (D) poderá firmar compromisso de ajustamento de conduta, com vistas à implantação das ações que foram objeto da recomendação.
- (E) comunicará ao Conselho Nacional do Ministério Público para que adote as medidas coercitivas necessárias.

41. Conforme se extrai do preâmbulo da Constituição da Organização Mundial de Saúde, a "saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade". Nesse contexto, e nos termos do quanto previsto na Lei nº 8.080/90, inclui-se entre as atribuições do Sistema Único de Saúde:

- (A) a vigilância nutricional e a orientação alimentar.
- (B) a colaboração na proteção do meio ambiente, excetuado o do trabalho.
- (C) a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano e animal.
- (D) revisão anual da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho.
- (E) o incremento, em todas as áreas, do desenvolvimento científico e tecnológico.

42. Considerando o disposto na Lei nº 10.098/00, na reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo com vistas a assegurar a acessibilidade aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, constitui requisito mínimo a ser observado, entre outros:

- (A) as vagas de estacionamento próximas dos acessos de circulação de pedestres serão reservadas para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente, independentemente de sinalização.
- (B) dispor de banheiros feminino e masculino acessíveis, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (C) em se tratando de centros comerciais e estabelecimentos congêneres, fornecimento de carros ou cadeiras de rodas motorizados para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (D) as vagas reservadas para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção deverão ser em número equivalente a dez por cento do total.
- (E) pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

43. A respeito dos direitos da pessoa portadora de transtorno mental estabelecidos na Lei nº 10.216/01, é correto afirmar que
- (A) a internação psiquiátrica da pessoa que consente com esse regime de tratamento terminará apenas por determinação do médico assistente.
 - (B) a pessoa deve receber o menor número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento.
 - (C) a pessoa e seus familiares ou responsáveis devem ser formalmente cientificados dos direitos que assistem ao portador de transtorno mental.
 - (D) pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, desde que no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde.
 - (E) o tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção profissional do paciente.
44. A Lei nº 10.741/03 assegura ao idoso, entre outros, o direito à educação e ao exercício de atividade profissional, respeitada sua peculiar condição de idade, suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. Em vista disso,
- (A) as instituições de educação superior não ofertarão às pessoas idosas cursos de extensão à distância, devido à dificuldade destas com os avanços tecnológicos.
 - (B) para fins de admissão em trabalho ou emprego, é vedada, em qualquer hipótese, a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos.
 - (C) o Poder Público estimulará programas de profissionalização especializada para os idosos, desenvolvendo novos potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas.
 - (D) o Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, assegurando-se que os cursos especiais para idosos incluam conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.
 - (E) o Poder Público criará programas de estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao ensino superior.
45. De acordo com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, reconhecida a continência entre ações civis públicas propostas na Justiça Federal e na Justiça Estadual,
- (A) deve ser extinta a ação proposta na Justiça Estadual.
 - (B) as ações devem ser reunidas na Justiça Federal.
 - (C) as ações devem ser reunidas perante o juízo em que tramita a ação continente.
 - (D) as ações devem ser reunidas perante o juízo em que proposta a primeira ação.
 - (E) deve ser extinta a ação contida.
46. A Previdência Social constitui
- (A) direito fundamental assegurado a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país.
 - (B) direito fundamental assegurado aos trabalhadores.
 - (C) conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à seguridade social e à assistência social.
 - (D) direito fundamental assegurado a quem dele necessitar, independentemente de recolhimento de contribuições.
 - (E) conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à velhice e à incapacidade laboral.
47. De acordo com a Constituição da República, o Regime Próprio de Previdência Social dos Municípios é disciplinado por normas
- (A) federais, estaduais e municipais, eis que inserido no âmbito da competência comum.
 - (B) municipais, apenas, eis que inserido no âmbito da competência privativa do Município.
 - (C) nacionais e municipais, eis que inserido no âmbito da competência concorrente.
 - (D) municipais, apenas, eis que inserido dentre as matérias de peculiar interesse local.
 - (E) nacionais, estaduais e municipais, eis que inserido no âmbito da competência decorrente.
48. Suponha que determinado Município pretenda majorar a alíquota das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração de seus servidores. Nessa hipótese, deverá obediência aos seguintes princípios:
- (A) irretroatividade, anterioridade anual e legalidade.
 - (B) isonomia, anterioridade nonagesimal e legalidade.
 - (C) seletividade, solidariedade e compulsoriedade.
 - (D) não confisco, seletividade e irretroatividade.
 - (E) legalidade, retroatividade e não confisco.

- 49.** São segurados do Regime Próprio de Previdência Social:
- (A) os titulares de cargo de provimento efetivo em gozo de licença para tratamento de saúde.
 - (B) os titulares de mandato eletivo, em gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família.
 - (C) os titulares, exclusivamente, de cargo de provimento em comissão em gozo de licença para tratamento de saúde.
 - (D) os servidores temporários em gozo de licença maternidade ou paternidade.
 - (E) os empregados públicos em gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família.
- 50.** Nas hipóteses de omissão da legislação de regência do Regime Próprio de Previdência Social, aplicar-se-ão, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o
- (A) Regime Próprio de Previdência dos servidores federais.
 - (B) Regime Próprio de Previdência dos servidores estaduais.
 - (C) Regime Geral de Previdência Social.
 - (D) Regime Próprio de Previdência Complementar.
 - (E) Regime Geral de Previdência Complementar.
- 51.** Belerofonte exerceu cargo municipal de provimento efetivo por 30 (trinta) anos, findos os quais pediu exoneração e passou a exercer emprego público em uma empresa pública estadual. Com o intuito de iniciar a fruição de aposentadoria, o ex-servidor deverá requerer
- (A) ao Regime Próprio de Previdência Municipal a expedição de certidão de tempo de contribuição, a qual deverá ser averbada para fins de contagem recíproca no âmbito do Regime Próprio de Previdência Estadual.
 - (B) aposentadoria ao Regime Próprio de Previdência Estadual, que deverá solicitar ao Regime Próprio de Previdência Municipal a certidão de tempo de contribuição, para fins de contagem recíproca.
 - (C) ao Regime Próprio de Previdência Municipal a expedição de certidão de tempo de contribuição, a qual deverá ser averbada para fins de contagem recíproca no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.
 - (D) aposentadoria por tempo de contribuição ao Regime Próprio de Previdência Municipal, para o qual já contribuiu os 30 (trinta) anos necessários à caracterização do direito a tal benefício.
 - (E) aposentadoria ao Regime Geral de Previdência Social, que deverá solicitar ao Regime Próprio de Previdência Municipal a certidão de tempo de contribuição, para fins de contagem recíproca.
- 52.** Imagine que Atalanta, nascida aos 28 de janeiro de 1964, exerce o cargo de provimento efetivo de Diretor de Escola desde 12 de maio de 1993. Com base nesses dados, é correto afirmar que hoje a servidora ostenta
- (A) direito subjetivo à aposentadoria especial de professor.
 - (B) mera expectativa de direito à aposentadoria especial de professor.
 - (C) mera expectativa de direito à aposentadoria comum.
 - (D) direito subjetivo à aposentadoria comum.
 - (E) direito expectado à aposentadoria especial de professor.
- 53.** Em 4 de julho de 2019, deu-se o falecimento de Egeu, servidor filiado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Em 3 de outubro do mesmo ano, Etra, a viúva do servidor, e Héfeso, seu enteado, estudante universitário de 20 anos, requereram pensão por morte ao respectivo ente gestor de previdência. Nesse cenário, é correto afirmar que
- (A) ambos farão jus à pensão por morte, independentemente da comprovação de dependência econômica em relação ao falecido.
 - (B) apenas Etra fará jus à pensão por morte, pois Héfeso, na qualidade de enteado, não figura no rol dos beneficiários do RPPS.
 - (C) para fazerem jus à pensão por morte, ambos os requerentes deverão comprovar dependência econômica em relação a Egeu.
 - (D) enquanto Etra certamente fará jus à pensão por morte, para que tal benefício seja deferido a Héfeso, este deverá comprovar dependência econômica em relação ao falecido.
 - (E) nenhum dos requerentes fará jus à pensão por morte, eis que a solicitaram fora do prazo legal.
- 54.** À luz da Lei nº 9.717/1998, é correto afirmar que o Regime Próprio de Previdência Social do Município poderá contemplar, dentre os benefícios previdenciários devidos aos servidores públicos titulares de cargo efetivo:
- (A) pensão alimentícia.
 - (B) abono de permanência.
 - (C) auxílio-reclusão.
 - (D) salário-maternidade.
 - (E) auxílio-alimentação.

55. Hércules, aposentado do Regime Próprio de Previdência Social, foi eleito para o cargo de Vereador. Ciente deste fato, o órgão gestor do respectivo regime de previdência deverá

- (A) suspender o pagamento dos proventos de aposentadoria ao servidor, em obediência ao comando constitucional que veda a percepção cumulada de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo eletivo.
- (B) cassar o benefício previdenciário de aposentadoria, em obediência ao comando constitucional que veda a percepção cumulada de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo eletivo.
- (C) manter o pagamento dos proventos de aposentadoria ao servidor, eis que a Constituição Federal apenas obsta a cumulação remunerada de cargos.
- (D) suspender o benefício de aposentadoria, em obediência ao comando constitucional que veda o retorno do servidor aposentado ao serviço ativo.
- (E) manter o pagamento dos proventos de aposentadoria ao servidor, eis que a Constituição Federal não obsta o acúmulo remunerado de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo eletivo.

56. Aquiles, ao alcançar aposentadoria, nos termos do artigo 40, § 1º, III, “a”, da Constituição Federal, antes da Reforma Previdenciária, fará jus a proventos calculados segundo a regra da

- (A) “integralidade” e reajustados de forma paritária.
- (B) “média” e reajustados na forma da lei.
- (C) “integralidade” e reajustados na forma da lei.
- (D) “média” e reajustados de forma paritária.
- (E) “proporcionalidade” e reajustados de forma paritária.

57. Suponha que Luciana seja servidora pública do Município de Valinhos e que já possui estabilidade. Com a finalidade de requerer a concessão de licença para tratamento de saúde, Luciana apresentou laudo de um médico particular atestando que estava acometida de tuberculose ativa.

Considerando a situação hipotética narrada e o disposto no Estatuto dos Servidores do Município de Valinhos, é correto afirmar que

- (A) será concedida licença a Luciana, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, quando o exame médico não concluir pela concessão imediata da aposentadoria.
- (B) em decorrência do fato de estar acometida de tuberculose ativa, Luciana será licenciada e deverá submeter-se a inspeções médicas periódicas a cada três meses, no mínimo.
- (C) somente será integral a remuneração de Luciana, licenciada para tratamento de saúde, se contar com mais de dez anos no serviço público.
- (D) Luciana, licenciada para tratamento de saúde, poderá dedicar-se a alguma atividade remunerada no âmbito da iniciativa privada, sem estar sujeita a ter sua licença cassada, desde que a atividade não agrave o seu quadro clínico.
- (E) comprovando-se, mediante processo disciplinar, ter sido gracioso o laudo médico, Luciana deverá ser demitida a bem do serviço público.

58. Considere que José, servidor público estável do Município de Valinhos, adotou Ana, de 13 (treze) anos de idade, e por isso deseja perceber salário-família.

De acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Valinhos, é correto afirmar que

- (A) não poderá ser concedido a José o salário-família, pois Ana tem mais de 12 (doze) anos de vida, idade limite para a concessão da referida vantagem pecuniária.
- (B) após a concessão do salário-família a José, tal vantagem pecuniária será paga independentemente de frequência ou produção do referido funcionário.
- (C) o salário-família apenas poderá ser concedido a José caso Ana seja portadora de alguma doença que a torne inválida.
- (D) serão realizados descontos sobre o salário-família e ele servirá de base para a contribuição de fins da previdência social.
- (E) o salário-família corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do menor nível da tabela de vencimentos do quadro administrativo do funcionalismo municipal.

59. Suponha que Beatriz, que não possui ensino superior, seja servidora pública no curso de estágio probatório do Município de Valinhos e deseja integrar o Conselho de Administração da VALIPREV mediante eleição.

Considerando a situação hipotética e o disposto na Lei nº 4.877/2013, é correto afirmar que

- (A) Beatriz não poderá integrar o Conselho de Administração da VALIPREV na qualidade de conselheira titular, mas poderá integrar a lista de suplentes.
- (B) Beatriz não poderá integrar o Conselho de Administração da VALIPREV mediante eleição, pois não possui estabilidade no serviço público municipal, e não tem a escolaridade mínima exigida.
- (C) a referida servidora poderá ser a presidente do Conselho de Administração da VALIPREV, o Conselho reunir-se-á uma vez por semana, ordinariamente, e ela votará apenas nos casos de empate.
- (D) a legislação não exige escolaridade mínima correspondente a curso completo de ensino superior para integrar o Conselho de Administração da VALIPREV, mas exige que Beatriz não tenha sido condenada por atos atentatórios ao patrimônio público.
- (E) o fato de estar cumprindo estágio probatório não impede que Beatriz integre o Conselho de Administração da VALIPREV mediante eleição, e o quórum para deliberações será de maioria relativa dos seus membros.

60. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 4.877/2013.

- (A) É vedado o pagamento de benefícios mediante convênios ou consórcios com outros entes da Federação.
- (B) Os recursos garantidores integralizados do RPPS do Município não têm a natureza de direito coletivo dos segurados.
- (C) O comprovante de remuneração dos servidores municipais não deverá indicar o valor total da base de contribuição.
- (D) A alíquota de contribuição previdenciária dos inativos será igual ou inferior à estabelecida para os servidores em atividade.
- (E) Os déficits previdenciários poderão ser cobertos com contribuições dos servidores.

